

# Imigração e Educação: aspectos e implicações na adaptação de crianças e adolescentes a partir da escola pública

Maria Lucia Alves Fabiano\*

## Introdução

O mundo em que vivemos é cada vez mais caracterizado por pessoas que se movem de um lado para o outro, que saem de seu país de origem em direção ao mundo. Essa mobilidade das populações tem impacto tanto no local de origem, como no local de destino e faz das sociedades grupos cada vez mais heterogêneos.

Entre os múltiplos e diferentes aspectos que norteiam a migração internacional neste século, destacam-se os processos de inserção nas sociedades de acolhimento que tornam temas como diversidade e interculturalidade cada vez mais presentes, tornando a gestão desta realidade um enorme desafio tanto para as sociedades como para os imigrantes.

Tal desafio implica em um processo que envolve muitas mudanças e rupturas, pois a nova pátria apresenta outros costumes, crenças, língua, cultura, clima, entre outros fatores, que fazem parte de um conjunto de novas experiências e novas aprendizagens, que precisam ser assimiladas e incorporadas rapidamente.

Diante da realidade que se apresenta, temos um grupo que por muitas vezes, é invisibilizado no processo, que são as crianças e adolescentes em idade escolar que estão no início de suas experiências, buscando encontrar seu próprio espaço e identidade e ao mesmo tempo superar seus próprios enfrentamentos e desafios.

Neste sentido o presente artigo se propõe a discutir aspectos que envolvem o processo de inserção e adaptação desse grupo em território nacional, a partir de um estudo realizado em uma escola pública, localizada na região central da cidade de São

---

\* Economista, Doutora em Ciências Sociais pelo Programa de Estudos Pós-graduados em Ciências Sociais pela PUC-SP; Mestre em Economia Política pela PUC-SP. Pesquisadora no Observatório das Metrópoles de São Paulo. Atua nas áreas de Estudos Urbanos e Migrações.  
E-mail: luciafabiano@uol.com.br

Paulo, que recebe um número considerável de alunos estrangeiros<sup>1</sup>. Tendo como objetivos conhecer como se processa a comunicação intercultural entre a escola e os alunos imigrantes, verificar quais são as abordagens e métodos utilizados pela escola no favorecimento da interação social desse grupo e identificar as experiências ou práticas realizadas no ambiente escolar que de fato possam melhorar a interação e o bem-estar, incluindo sua voz e participação enquanto cidadãos de nossa sociedade.

Nesse contexto, o estudo está centrado sobre três dimensões importantes do processo: a imagem que os alunos imigrantes têm da escola; a percepção e as representações que a escola tem dos alunos imigrantes; e quais são as estratégias desenvolvidas com o objetivo de favorecer a interação desse grupo.

Portanto, a investigação busca contribuir no conhecimento dessa realidade cada vez mais presente nas escolas públicas dentro do território nacional, permitindo levantar alguns dos principais problemas e desafios que se colocam à adaptação de crianças e adolescentes estrangeiros a partir do ambiente escolar, no intuito de apontar novos caminhos que possam promover a igualdade de oportunidades, tolerância e respeito mútuo entre os diferentes grupos que frequentam as nossas escolas.

## Presença de alunos estrangeiros em território brasileiro

Desde 2007, início da série histórica de coleta de informações sobre a presença de estrangeiros em nossas instituições escolares pelo Sistema Educacenso<sup>2</sup> do INEP/MEC, que coleta dados através do Censo Escolar, observa-se um crescimento contínuo e significativo do volume de imigrantes que entram no país. De acordo com os dados levantados entre 2007 até 2019 verifica-se um aumento de 471,43%, ou seja, quase 5 vezes, o número inicial de matrículas de estrangeiros no período.

Em 2007, foram matriculados 27.590 alunos estrangeiros, sendo 15.952 em escolas públicas e 11.638 em escolas privadas, em comparação ao ano de 2019, onde foram matriculados 130.067 alunos estrangeiros, sendo 99.666 em escolas públicas e 30.401 em escolas privadas no território brasileiro, conforme Tabela 1 abaixo:

---

<sup>1</sup> O estudo faz parte de uma pesquisa de doutorado na área das Ciências Sociais, defendida em 2020, que trata do processo de integração de crianças e adolescentes a partir da escola pública (FABIANO, 2020).

<sup>2</sup> O Sistema Educacenso é uma ferramenta disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) vinculado ao Ministério da Educação (MEC) que detalha o sistema educacional brasileiro a partir da coleta de dados individualizados de cada aluno, professor, turma e escola do país, tanto das redes públicas (federal, estaduais e municipais), quanto da rede privada de ensino. Disponível em: <<https://www.gov.br/inep/pt-br>>. Acesso em: 27 maio 2021.

Tabela 1 – Matrículas de alunos estrangeiros por ano (2007-2019)

Ano	Rede Pública	%	Rede Privada	%	Total
2007	15.952	57,82%	11.638	42,18%	27.590
2008	19.022	56,32%	14.753	43,68%	33.775
2009	21.463	56,89%	16.264	43,11%	37.727
2010	23.868	57,75%	17.465	42,25%	41.333
2011	27.583	57,69%	20.229	42,31%	47.812
2012	30.446	57,96%	22.085	42,04%	52.531
2013	35.283	58,44%	25.089	41,56%	60.372
2014	40.013	59,74%	26.970	40,26%	66.983
2015	43.553	62,04%	26.647	37,96%	70.200
2016	46.895	64,39%	25.937	35,61%	72.832
2017	48.981	66,97%	24.153	33,03%	73.134
2018	56.800	70,51%	23.754	29,49%	80.554
2019	99.666	76,63%	30.401	23,37%	130.067

Fonte: Censo Escolar – Inep/MEC, 2007-2019.

No período observado, a distribuição dos alunos entre as escolas públicas e privadas também se alterou. Em 2007 os que estudavam em escolas privadas representavam 42,18% do total das matrículas de estrangeiros, porém, em 2019, este percentual caiu para 23,37%. Em contrapartida os matriculados em escolas públicas em 2007, representavam 57,81%, passando para 76,63% do total em 2019.

De acordo com o Censo Escolar de 2019, em um universo de 211 nacionalidades registradas nas escolas brasileiras, as dez primeiras nacionalidades presentes, contabilizaram 99.712 matrículas, representando 76,66% do total de alunos estrangeiros matriculados em todo o território naquele ano, distribuídas entre as seguintes nacionalidades: venezuelanos (23.678); haitianos (19.598); bolivianos (12.166); paraguaios (8.908); norte-americanos (8.841); portugueses (7.588); argentinos (5.941); japoneses (5.625); uruguaios (3.867) e colombianos (3.500).

Entre as principais nacionalidades verifica-se que, tanto entre os alunos vindos do hemisfério sul, quanto do hemisfério norte, a grande maioria está matriculada em escolas públicas. No entanto, os imigrantes oriundos de países do hemisfério norte possuem uma quantidade maior de filhos matriculados em escolas privadas. Tal fato vincula-se ao tipo de migração originária daqueles países, principalmente de tipo laboral, com imigrantes qualificados que chegam ao país já empregados e com uma situação financeira estável, podendo arcar com os custos da educação dos filhos em escolas privadas.

Os dados apresentados refletem a tendência do tipo de migração predominante no Brasil nas últimas duas décadas, com a maioria de pessoas oriundas de países do hemisfério sul, com baixa renda e empregos mal remunerados, demandando para os filhos a matrícula em escolas públicas. Os alunos de origem venezuelana, haitiana e boliviana aparecem em número considerável nas escolas públicas brasileiras.

Destaca-se o incremento significativo de 61,46% no número de matrículas no período entre 2018-2019, principalmente, por conta da imigração venezuelana, que passou de 6.672 em 2018 para 23.678 em 2019, ou seja, um aumento de 354,89% em apenas um ano.

Isso ocorre em razão do crescimento desse fluxo a partir de 2016, devido a problemas políticos, econômicos e sociais na Venezuela nos últimos anos, que provocaram mudanças expressivas no processo migratório desse coletivo, com a intensificação dos fluxos para destinos tradicionais e outros anteriormente menos procurados como o Brasil.

Por conta da proximidade de fronteira entre o estado de Roraima e o país venezuelano, lá foram registradas 12.042 matrículas em 2019. Apesar do destaque dado a essa migração no estado, esse coletivo encontra muitas dificuldades de acolhimento e tem se deslocado para outras regiões, principalmente, São Paulo. Contudo, de acordo com as características desse coletivo, o Brasil é apenas um local de trânsito, pois a intenção é que se desloquem para outros países que consideram mais atrativos, ou seja, não há intenção de se estabelecer no território brasileiro. No entanto, mesmo que temporariamente alocados em Roraima, acabam por matricular seus filhos nas escolas públicas pressionando o sistema educacional do estado.

Analisando especificamente o estado de São Paulo no ano de 2019, temos 30.340 alunos matriculados, o que representa 23,33% do total em todo o território. Sendo que a cidade de São Paulo se destaca pelo volume de alunos, com 20.849, sendo 11.425 em escolas estaduais, 9.680 em escolas municipais, 44 alunos matriculados em escolas federais e 9.191 em escolas da rede privada de ensino. Portanto, 68,72% do total estão matriculados em escolas públicas do município, destacando-se: bolivianos (9.577), seguidos por haitianos (3.189) e venezuelanos (1.470). Importante destacar a presença marcante de alunos bolivianos nas escolas da cidade, que representam 45,93% do total de matriculados, sendo que a maioria se encontra em escolas públicas.

Cabe também salientar que a cidade de São Paulo, de 2007 até 2018, sempre registrou médias em torno de 50% do total de matrículas em todo território, com exceção, do ano atípico de 2019, como mencionado anteriormente.

Diante dos dados expostos, a cidade de São Paulo mostrou-se um campo importante para o estudo dessa população, por se destacar como um polo atrativo para a maioria dos imigrantes, o que justifica a escolha da cidade para a realização da pesquisa.

Diante dos dados apresentados surge a necessidade de refletir sobre uma melhor organização do poder público e de suas instituições, sobretudo as escolas, para a formulação e implementação de políticas que venham a contribuir para a inserção e adaptação destas crianças e jovens em nossa sociedade. Sendo assim, é preciso que as discussões em torno do tema se aprofundem.

## Imigração, território e escola

A presença de alunos de origem estrangeira, em algumas escolas dentro do território é, em muitas situações, uma realidade, como podemos observar em várias escolas da região central da cidade de São Paulo; cuja região abriga um número considerável de imigrantes, e de um modo geral, também os filhos desses imigrantes que são entendidos como parte integrante da comunidade escolar, surgindo assim muitas questões relativas à sua inserção e adaptação nesse espaço.

A articulação da escola com o seu entorno, corresponde do ponto de vista pedagógico, segundo Canário (2005), a uma valorização da diversidade de experiências e saberes dos alunos, construídos em contextos formais, não formais e informais de educação e; do ponto de vista organizacional, a uma abordagem articulada e interativa, territorialmente integrada, que mobiliza diferentes parceiros. Contudo, este desafio implica no envolvimento da escola, da comunidade e das demais instituições locais na produção de políticas e de mecanismos de inserção social ajustados à realidade de cada lugar (HORTAS et. al., 2014).

Sendo assim, podemos pensar a escola a partir do entendimento do caráter territorial dos processos educacionais na escola e na cidade, pois é a partir do binômio escola-território que o processo educativo se entrelaça com o processo de socialização, tornando o espaço escolar um lugar de relações e interações entre os mais diversos grupos.

No mesmo sentido, Massey (2003) nos fala que o espaço é uma dimensão implícita que molda o nosso senso de entendimento do mundo e nossas atitudes frente aos outros, reconceituando os sentidos de lugar: “[...] se o tempo é a dimensão da mudança, o espaço é a dimensão do social, da coexistência com o outro” (MASSEY, 2003, p. 50). Assim, a integração social da diversidade e a produção de desigualdades em relação a comunidades migrantes tornam-se temas recorrentes no planejamento urbano, sobretudo porque modificam a configuração socioespacial de bairros, cidades e, inclusive, regiões, a partir da relação entre “[...] aqueles que se deslocam para um novo lugar e aqueles que têm sua identidade transformada pela inclusão de outros em seu espaço de vida” (HALL, 2003, p. 81).

Portanto, a coexistência numa cidade multicultural, como é o caso da cidade de São Paulo, fortalecem a concepção de que uma adequada visão territorial deve considerar os arranjos sociais formados pela comunidade de cada lugar e suas formas de sociabilidade. O que remete para a necessidade de interação, ou seja, uma relação positiva entre os vários grupos, principalmente, dentro da escola pública, que recebe grupos distintos e com grandes desigualdades sociais e culturais.

Para Siqueira e Reis (2016), no contexto da sociedade brasileira, a desigualdade social é uma questão relevante e muito preocupante, pois os problemas relativos à desigualdade se expressam no universo da pobreza e sua reprodução social, sendo que a educação, em sua trajetória no desenvolvimento nacional, sempre refletiu as marcas da desigualdade com a exclusão de diversos grupos sociais do processo educacional.

Atualmente, os grandes centros urbanos convivem com diferentes escalas de segregação socioespacial. A segregação (centro e periferia) que promove o isolamento dos pobres com todos os custos que lhes são decorrentes, sejam em termos de deslocamentos para as áreas que concentram os postos de trabalho e serviços, seja no distanciamento em relação à convivência com outros grupos sociais.

Sonia Roitman, em seu texto intitulado *Barrios Cerrados y Segregación Social Urbana* (2003, p. 25, grifo nosso), define que: “La segregación social urbana puede entenderse como la separación espacial de los diferentes grupos sociales en una ciudad o un área geográfica de acuerdo a diferencias étnicas, religiosas, de ingresos, etc.”. Roitman pondera que a segregação aumenta as diferenças e divisões sociais, reduz as oportunidades de trabalho e aumenta a vulnerabilidade social, pois não se trata somente da separação de grupos sociais, mas, também, de recursos e serviços (empregos, serviços, infraestrutura, etc.) e, neste sentido, a segregação espacial pode

conduzir à exclusão social. Sendo assim, podemos entender que à medida em que o espaço urbano é segregado, os estabelecimentos escolares o são também.

Na visão de Koslinski, Alves e Lange (2013) as barreiras socioespaciais impostas à interação entre grupos de diferentes origens socioeconômicas e/ou étnicas acabam resultando em um processo desequilibrado, visto que os agentes têm condições desiguais para impor os seus interesses e, portanto, tornam-se incapazes de formarem alianças para exercer voz ou defesa de seus interesses e direitos.

Sendo assim, os diferentes grupos que frequentam as escolas públicas, que pertencem normalmente as classes de renda mais baixa, e que podem ter em comum as condições econômicas, também apresentam particularidades específicas, como a origem social e diferenciações nas condições de inserção na sociedade (RODRIGUES, 2017) que devem ser observadas, e que por sua vez, impactam no ambiente escolar.

Assim, para Rodrigues (2017), a relação entre a escola e o território evidencia-se principalmente quando se compara os territórios e suas respectivas escolas, que apresentam situações de escolarização diferentes ao público de seu entorno, que pode tanto impedir como favorecer a escolarização dos diferentes grupos.

Nesse sentido, a distribuição geográfica dos lugares de residência e de estabelecimentos públicos expressam e reforçam ao mesmo tempo esses processos sociais segregativos, o que impacta e muito na realidade de crianças e adolescentes imigrantes.

## Comunicação intercultural

Tendo em vista que o tema da imigração tem o potencial de tensionar as relações sociais dentro do território e, conseqüentemente, os processos educativos por sua complexidade, se torna necessário compreender o papel desempenhado pela instituição escolar na garantia dos direitos desse grupo. Dessa forma, a construção de práticas pedagógicas acolhedoras, pautadas nos dilemas colocados de acordo com cada contexto de cada escola, pode se aproveitar da presença dos alunos imigrantes como mobilizadores de novas aprendizagens.

A escola é um lugar onde atuam diferentes indivíduos e vontades e, portanto, nela são exercidos múltiplos papéis. O que torna a atuação de professores, gestores, especialistas da educação e equipe operacional e administrativa de fundamental importância para a interação entre a escola e a comunidade em que estão inseridos.

É importante lembrar que as famílias também participam dessa comunidade. E, especialmente a família imigrante tem um interesse muito grande nessa participação, pois lutam para que seus filhos frequentem a escola, porque reconhecem o valor e a necessidade do conhecimento na vida em sociedade e, principalmente, para inserção de seus filhos de maneira adequada no novo território.

Contudo, é oportuno enfatizar, segundo Penin e Vieira (2001), que a função social da escola ultrapassa a troca do conhecimento sistemático em sala de aula, pois ela também se destaca como um importante espaço de convivência, um lugar de socialização, de encontros e grandes descobertas. Mas, isso nem sempre é valorizado como aprendizagem pela equipe escolar e, nem sempre a escola reconhece que o respeito à cultura, e a forma de viver dos grupos sociais à que pertencem seus alunos, é o primeiro passo para que possa existir uma comunicação genuína entre ela e a comunidade.

A comunicação entre escola e família imigrante deve ser compreendida a partir da diversidade de situações, interesses e expectativas que existem entre ambos, que podem gerar muitas adversidades (GARRETA, 2008). Entre os aspectos mais relevantes que afastam as famílias da escola estão as barreiras linguísticas, que tornam a comunicação limitada; a falta de disponibilidade de alguns pais/responsáveis, devido ao horário de trabalho; as condições de vida precária; o nível de escolaridade insuficiente para ajudar os estudos de seus filhos; pouco conhecimento do sistema educacional; diferenças entre crenças e regras; e, diferenças entre as expectativas e interesses dos familiares e da instituição escolar.

Todos estes elementos mencionados podem dificultar a comunicação. E os fatores culturais, linguísticos, econômicos e institucionais somados às espirais negativas ou positivas que se pode gerar dentro da comunicação, através das representações, sentidos e interesses conjuntos, dificultam ainda mais a participação e a comunicação (COSTA, 2012). Portanto, as percepções da escola sobre a família determinam as relações comunicativas, assim como as percepções das famílias podem travar ou facilitar a comunicação, o que certamente irá dificultar o processo educativo de crianças e adolescentes imigrantes.

Desta forma, além dos sujeitos que mobilizam o debate educacional atual, é necessário assinalar que é por intermédio da criação de contextos educativos, pautados num olhar criterioso aos fenômenos sociais que as transformações educacionais podem operar (BRAGA, 2019). Por esse motivo é necessária a indagação sobre a percepção de todos os envolvidos nesse processo (professores, gestores, famílias, alunos), acerca dos contextos sociais presentes dentro e fora da escola.

Neste sentido, procurando compreender como se processa e de que forma acontece a comunicação e as relações dentro do ambiente escolar, mas com reflexos na vida dessas crianças e adolescentes imigrantes em nossa sociedade, é que fomos em busca de algumas respostas dentro da comunidade escolar.

## Características da região e da escola

O bairro escolhido para a investigação está localizado na região central do Município de São Paulo, e a escola está localizada no distrito do Pari, que abrange dois bairros: Pari e Canindé.

A história do distrito do Pari, que tem mais de 400 anos, está calcada nos seus imigrantes, e torna-se muito difícil falar do bairro sem falar das inúmeras etnias que acolheu desde sua fundação. Sua população foi inicialmente formada por portugueses e italianos, porém, após a década de 1950 vieram imigrantes de diversas nacionalidades: árabes, espanhóis, judeus, armênios, gregos, chineses e japoneses. A partir da década de 1980, começaram a chegar coreanos, bolivianos e os paraguaios (PACCA, 2010, p. 62). O distrito é composto principalmente pelos descendentes destes imigrantes, sobretudo, portugueses e coreanos, além de uma enorme presença de bolivianos e paraguaios que vivem em condições precárias.

Temos, portanto a imagem de um território multicultural que conduziu à escolha da região central da cidade e especificamente do distrito do Pari para o estudo. Verifica-se ainda na região um padrão residencial precário, associado a diferentes momentos de chegada, perfis socioeconômicos distintos e percursos migratórios particulares.

O termo que melhor caracteriza a região e a escola é certamente “heterogeneidade”, pois a comunidade que frequenta a unidade escolar apresenta perfis distintos, com indivíduos procedentes de comunidades de baixa renda, ou classe média baixa. Entre estes temos migrantes nacionais, muitos vindos do Norte e do Nordeste do país, além de uma grande presença de imigrantes internacionais e descendentes, que na grande maioria são moradores do bairro e adjacências. Dentre as singularidades que a comunidade escolar apresenta, destacam-se os alunos de procedência boliviana e uma parcela de alunos cambiantes, devido à instabilidade de residência na região.

De acordo com o Censo Escolar de 2018, a escola pesquisada tinha 1.153 alunos matriculados, sendo: 401 alunos no ensino fundamental I (1º ao 5º ano), 342 no ensino

fundamental II (6º ao 9º ano), 317 no ensino médio e 93 no EJA (educação de jovens e adultos).

Entre esses, 192 alunos estrangeiros matriculados, o que representa 17% do total de alunos da escola naquele ano, distribuídos em 15 nacionalidades diferentes, sendo que 72%, ou seja, a maioria de nacionalidade boliviana, além de uma grande parte de alunos brasileiros filhos de imigrantes internacionais, também em sua maioria de origem boliviana. Não foi possível precisar a quantidade exata de alunos filhos de imigrantes, contudo, de acordo com a coordenação da escola, cerca de 50% dos alunos são imigrantes ou filhos de imigrantes.

É neste contexto de acolhimento de populações imigrantes, que se buscou compreender como ocorre o processo de interação social de crianças e adolescentes imigrantes a partir da escola. Para tal, propomo-nos efetuar uma análise cruzada das entrevistas e dos questionários aplicados aos alunos imigrantes e professores.

## Construção dos dados e sujeitos da pesquisa

Para esta investigação, tomamos como referência metodológica a pesquisa qualitativa de natureza etnográfica, que se desenvolveu ao longo dos anos letivos de 2018 e 2019, onde foi proposto um caminho investigativo com a utilização de alguns instrumentos de investigação como questionários, observações, análise documental e entrevistas. As entrevistas foram direcionadas a dois grupos distintos, entre eles, alunos de origem estrangeira (principal foco da pesquisa) e professores, no intuito de identificar e compreender quais fatores facilitam ou dificultam o processo de adaptação desse grupo no ambiente escolar e na relação com a região que estão inseridos.

Para facilitar a apresentação dos resultados obtidos com a pesquisa realizada, e em razão do local escolhido para a observação deste grupo será utilizado o termo “alunos”, para representar as crianças e adolescentes imigrantes inseridos no contexto escolar.

Tendo em vista a faixa etária escolhida para a pesquisa é importante destacar que, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei 8.069, de 1990, considera criança a pessoa até 12 anos de idade incompletos e define a adolescência como a faixa etária de 12 a 18 anos de idade (artigo 2º), e, em casos excepcionais e quando disposto na lei, o estatuto é aplicável até os 21 anos de idade (artigos 121 e 142). Os limites cronológicos entre a infância e a adolescência podem variar entre os órgãos internacionais e entre os diversos países de acordo com as leis, costumes e culturas

locais, por isso, para efeito da pesquisa, foi adotado o critério instituído pelo Brasil através da ECA, mas sem perder de vista as características de variabilidade e diversidade dos parâmetros biológicos e psicossociais existentes entre as diversas culturas existentes.

Foram entrevistados 65 alunos de origem estrangeira, sendo 35 do sexo feminino e 30 do sexo masculino, distribuídos em 10 nacionalidades diferentes, que abrangiam a faixa etária entre 11 a 17 anos, pertencentes ao 6º ano do ensino fundamental II e o 2º ano do ensino médio, conforme Tabela 2. O motivo principal da escolha dessa faixa etária se deu por conta de acreditarmos que esses alunos tenham maior compreensão do que os cerca, e sejam mais capazes de responder as questões de maneira mais assertiva, no intuito de atingir o objeto da investigação.

Tabela 2 – Distribuição por nacionalidade/idade

NACIONALIDADE	FAIXA ETÁRIA						
	11	12	13	14	15	16	17
Angola					1		
Argentina	1						
Bolívia	8	11	12	7	5	5	
China				3	1		
Colômbia	1						
Equador							1
Espanha				1			
México				1			
Paraguai	1		1	2			1
Peru				1		1	
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>11</b>	<b>13</b>	<b>15</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>2</b>

Fonte: A autora (2021).

Dentre as características gerais dos alunos imigrantes, verificou-se que a maioria, ou seja, 74% residem no mesmo distrito (Pari e Canindé) onde a escola se situa, cerca de 12% residem em bairros localizados na mesma região central (Brás, Bom Retiro e Luz), e 14% em bairros situados fora da região central, porém, nas adjacências da escola. Em relação aos deslocamentos, a grande maioria faz o deslocamento a pé, normalmente acompanhados de outros colegas ou mesmo sozinhos.

Em relação à moradia e com quem residem, cerca de 85% moram com o pai, mãe e irmãos; 6% apenas com a mãe e, 9% moram sem a presença da mãe ou do pai, apenas com irmãos, primos e tios. Cerca de 61%, dividem a residência com outras famílias também imigrantes. Entre as nacionalidades, que mais residem com outras famílias, destacam-se as famílias bolivianas; seguidas pelas paraguaias. Muitos também afirmaram residir nos mesmos locais de trabalho dos pais ou responsáveis. Em média o número de famílias ficou entre 4 e 5 famílias, contudo tiveram alunos que citaram até 11 famílias na mesma residência.

Sobre o nível de escolaridade dos pais e responsáveis, 42% têm apenas ensino fundamental (25% completo, 17% incompleto); seguidos de 40% com ensino médio (13% completo, 27% incompleto) e 18% com nível superior (17% completo, 1% incompleto). Entre as nacionalidades que apontam nível superior temos bolivianos, paraguaios e peruanos. Portanto, constata-se que 58% dos pais/responsáveis dos alunos imigrantes possuem entre nível médio e superior.

Dentre as características gerais dos 12 professores entrevistados, todos são brasileiros, sendo 50% do sexo feminino e 50% do sexo masculino. Todos possuem nível de pós-graduação concluído e a grande maioria possui uma boa experiência no Magistério atuando em escolas públicas da rede municipal e estadual do Município. Cerca de 42% falam outros idiomas, entre os idiomas citados temos inglês e espanhol. Em referência àqueles que falam espanhol, aprenderam, pois sentiram a necessidade de se comunicar melhor com os alunos, já que boa parte deles tem o espanhol como língua materna.

## Análise dos dados

De acordo com os objetivos desta investigação e de acordo com os resultados obtidos junto aos alunos de origem estrangeira e professores, pudemos verificar que a maioria dos alunos de origem estrangeira presentes na escola sentem-se à vontade no ambiente escolar, já estão adaptados e já passaram pelo choque inicial de adaptação da cultura e da língua. Alguns ainda se mostraram desconfortáveis na escola e no país, pois sofrem algum tipo de discriminação e sentem-se deslocados. Contudo, o número de alunos que mostraram algum descontentamento é nesse caso pequeno em relação aos que se mostraram satisfeitos. Durante a investigação foi recorrente o fato de dizerem que as dificuldades maiores se encontram no início da vida estudantil. O que mostra que, com o passar dos anos, a maioria acredita estar adaptada, sentindo que faz parte do lugar que estão inseridos, ou pelo menos tentam passar tal visão.

Na visão dos alunos uma das maiores dificuldades encontradas na escola, além do domínio da língua portuguesa nos anos iniciais, é a dificuldade de comunicação e diálogo com os professores. Tal dificuldade não pôde ser mensurada, tendo em vista que os próprios alunos não souberam ou não quiseram responder os motivos, mas certamente tais fatores merecem ser futuramente observados e analisados.

O aproveitamento nas disciplinas, tanto na percepção de alunos como de professores, de maneira geral, é bom, ressaltando uma maior dificuldade em algumas disciplinas principalmente: Matemática e Língua Portuguesa.

Um ponto em destaque é que aqueles que continuam falando a língua materna em suas próprias casas acabam tendo maiores dificuldades nas disciplinas em geral. Vale aqui uma observação sobre os resultados encontrados pela pesquisa realizada pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (2018), referente a situação de alunos estrangeiros em escolas de vários países. A pesquisa também observou que em geral os alunos estrangeiros possuem maiores dificuldades de aproveitamento nas disciplinas por continuarem falando sua língua materna em casa, e por consequência terem maior dificuldade no domínio do novo idioma.

Na visão dos professores, os alunos estrangeiros encontram maiores dificuldades em se inserirem na vida escolar, inicialmente ao desconhecimento da língua; à utilização de outra língua/dialeto em família, além das condições de moradia precária de muitos alunos, principalmente os bolivianos. Contudo, os professores reconhecem que após alguns anos o aproveitamento melhora e muito, devido ao grande empenho da maioria. Ressaltando que existem aqueles que continuam apresentando dificuldades, mesmo com o passar do tempo, e atribuem essas dificuldades a diversos motivos, e não somente ao fato de serem estrangeiros.

Existe uma consciência nos professores que ter uma turma inter/multicultural traz muitas vantagens, mas também acarreta muitos desafios. E no discurso oficial apresentado sempre se remetem a ideia de que a educação intercultural não se destina somente ao grupo minoritário, mas a todos os alunos da escola.

No universo de doze professores apenas um frequentou ações de formação na área da educação intercultural e diversidade. O que demonstra que não existe na esfera pública incentivo para que os professores participem de cursos voltados a esse tema, especialmente, da inclusão/adaptação de alunos imigrantes em sala de aula.

Durante o levantamento das informações, através de conversas informais, a maioria dos professores revelou ter algum tipo de dificuldade na definição de

estratégias de aprendizagem mais adequadas e na gestão da diversidade em contexto de sala de aula.

A principal justificativa que apresentam relaciona-se com a falta de apoio/suporte, não deixando transparecer que isso pode estar relacionado com o fato de estarem perante um desafio para o qual não foram preparados, nem durante a sua formação acadêmica, e tampouco ao longo de sua carreira.

A gestão da escola e os professores preocupam-se em conhecer as características e necessidades da comunidade imigrante presente na escola e tentam incluir a diversidade cultural na definição das linhas orientadoras dos seus projetos. Reconhecem as potencialidades do acolhimento de culturas diversas e revelam ter uma imagem positiva destes alunos, apesar de reconhecerem a existência de particularidades em cada cultura/etnia.

Sobre a participação e envolvimento das famílias dos alunos imigrantes na escola do ponto de vista dos professores e da coordenação: a avaliação no geral foi muito positiva. A maioria relatou que eles são mais frequentes nas reuniões de pais que as famílias brasileiras, e quando tem alguma comemoração ou evento na escola, eles são mais participativos.

Cabe destacar a relevância do projeto que a escola participa, ficando aberta aos finais de semana para a convivência das famílias, porém, esse projeto está voltado a utilização do espaço ao lazer e recreação da comunidade local, especialmente, boliviana, sem que haja de fato uma interação entre o universo escolar e as famílias. Mesmo assim, não se pode deixar de reconhecer a importância desse projeto para a comunidade imigrante, especialmente, a boliviana que encontra nesse espaço um local para interação e proximidade com seus pares e cultura.

Quanto às sugestões dos alunos e professores sobre o que fazer para uma melhor interação dos alunos de origem estrangeira na escola, verificou-se que todos apresentaram muitas sugestões interessantes em quantidade e qualidade que revelaram a consciência da necessidade de integração, além de muitas ações possíveis que podem ser implementadas na escola, sem que haja um custo ou dificuldade para serem colocadas em práticas.

Entre as sugestões percebe-se a necessidade de mais atividades extracurriculares de aprendizagem e atividades de complemento em áreas disciplinares específicas, além de estratégias de integração dos recém-chegados e a necessidade de professores dominarem outros idiomas (principalmente o espanhol), para que se sintam mais próximos e acolhidos.

## Considerações finais

A escola se apresenta como uma das melhores da região, onde os pais/responsáveis e os próprios alunos têm uma boa visão da escola e o aproveitamento de maneira geral dos alunos estrangeiros é satisfatório. Demonstrando que a localização da escola, o apoio da gestão escolar em acolher as famílias e o interesse das próprias famílias são fatores importantes para o desempenho dos alunos imigrantes. Tal constatação permite dizer que não se pode de maneira alguma generalizar as experiências vivenciadas pelos alunos de origem estrangeira nas escolas públicas, pois as realidades de cada lugar, de cada comunidade acabam por determinar trajetórias diferentes.

Também não se pode afirmar que o processo de adaptação na escola seja igual para todos, pois muitos continuam sendo vítimas de *bullying*, *xenofobia* e *racismo*, e sentem que são tratados de forma injusta ou desigual tanto em relação aos colegas, como por professores. Muitos dos alunos estrangeiros que participaram desta investigação são de origem boliviana, como mencionado anteriormente, e carregam traços étnicos e fenotípicos próprios, que são constantemente ressaltados nos momentos de tensão dentro da escola, o que demonstra um certo desconforto da comunidade escolar diante da presença desses alunos e de suas características.

Apesar de alguns indícios de uma educação intercultural em andamento, com ações tomadas nesse sentido de aproximação dos diversos grupos, não se pode afirmar que a interculturalidade faz parte integrante do currículo. Mas certamente a perspectiva intercultural promovida através de ações e atividades dentro desse espaço é reconhecida por toda a comunidade escolar e benéfica para o entrosamento dos alunos imigrantes.

A interação das crianças e adolescentes de origem estrangeira dentro da escola pública é um processo complexo, que envolve vários intervenientes: o professor, a escola, os alunos, o Estado, a comunidade e a família. E muito há que fazer para sua inserção e adaptação em território nacional, pois muitos dos obstáculos educacionais e socioafetivos encontrados dentro da escola pública brasileira vão muito além da questão da origem. Questões relacionadas às desigualdades sociais, jurídicas, de acesso aos recursos e escolares, devem também ser consideradas nesse contexto.

Dessa forma para fortalecer a interação e facilitar a adaptação é necessária uma reavaliação dos métodos utilizados e das estratégias de aprendizagem, que envolvam de maneira mais eficaz a valorização e o respeito a outras culturas. O desafio percebido foi a necessidade de um projeto que apoie e dê suporte à escola, aos

professores e aos alunos, que favoreça os processos pedagógicos e integre a perspectiva da interculturalidade no ensino; além da necessidade de um olhar mais acurado sobre a realidade da criança e do adolescente imigrante dentro e fora da sala de aula, percebendo as peculiaridades da comunidade que estão inseridos.

Nesse sentido, ainda temos um longo caminho a percorrer para assegurar que esse grupo tenha seus direitos garantidos. Afinal, precisamos vencer diversas outras batalhas e superar barreiras colocadas para nossas próprias crianças, adolescentes e jovens que também são discriminados e vulneráveis, sobretudo, por sua condição socioeconômica.

## Referências

- BRAGA, A. de C. A. **Imigrantes latino-americanos na escola municipal de São Paulo**: sin pertencias sino equipaje – formação docente, o currículo e cultura escolar como fontes de acolhimento. Tese (Doutorado). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2019.
- CANÁRIO, R. **O que é a escola?** Porto: Porto Editora, 2005.
- COSTA, G. dos S. Famílias imigrantes e escolas em Barcelona: expectativas e realidades. **Revista Inter. Mob. Hum.** Brasília, n. 38, p. 141-162, jan./jun., 2012.
- FABIANO, M. L. A. **O processo de integração social da criança e adolescente imigrante na escola pública**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.
- GARRETA, J. Escuela, familia de origen inmigrante y participación. **Revista de educación**, n. 345, p. 133-155, 2008.
- HALL, S. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- HORTAS, M. J. B. et. al. Escola, comunidade e território: dinâmicas educativas locais na integração de populações imigrantes na área metropolitana de Lisboa. **Interacções**, n. 29, p. 8-36, 2014.
- INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Básica 2007-2019** [recurso eletrônico]. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2020.
- KOSLINSKI, M. C.; ALVES, F.; LANGE, W. J. Desigualdades educacionais em contextos urbanos: um estudo da geografia de oportunidades educacionais na cidade do Rio de Janeiro. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 34, n. 125, p. 1175-1202, out/dez, 2013.
- MASSEY, D. For space: a relational politics of the spatial. London: SAGE publications. In: HALL, S. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.
- OCDE. Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico. **The resilience of students with an immigrant background – factors that shape well being**. Paris: OECD Publishing, 2018. Disponível em: <<http://dx.doi.org/101787/9789264292093-en>>. Acesso em: 24 mar. 2018.

## Infâncias e Juventudes em contextos educacionais no Brasil

*Imigração e Educação: aspectos e implicações na adaptação de crianças e adolescentes a partir da escola pública*

DOI: 10.23899/9786589284123.265

PACCA, P. E. **A estagnação urbana como parte da metrópole paulistana do Séc. XXI** – o caso do Pari. Tese (Doutorado). Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PENIN, S.; VIEIRA, S. L. **Progestão**: como articular a função social da escola com as especificidades e as demandas da comunidade? Brasília: CONSED, 2001.

RODRIGUES, L. M. de O. Análises educacionais – território e desterritorialização. In: RODRIGUES, L. M. de O. (Org.). **Imigração atual**: dilemas, inserção social e escolarização Brasil, Argentina e EUA. São Paulo: Editora Escuta, 2017.

ROITMAN, S. Barrios cerrados y segregación social urbana. **Scripta Nova**: Revista electrónica de geografía y ciencias sociales. v. 7, n. 146 (118). Barcelona: Universidad de Barcelona, ago. 2003.

SIQUEIRA, M. P. S.; REIS, E. A. F. Desigualdade social e educação: uma associação permanente no contexto do desenvolvimento nacional. In: SIQUEIRA, M. P. S.; ROSA, T. C. S. **Questões Contemporâneas**. Florianópolis: Insular, 2016. Coleção Debate Social. v. 1.